



“Notas e comentários”: uma análise das causas, consequências e públicos de discursos explicitamente políticos em seções “não-políticas” do Jornal do Brasil, 1961.

Vinicius Welter*

WELTER, V. **“Notas e comentários”:** uma análise das causas, consequências e públicos de discursos explicitamente políticos em seções “não-políticas” do Jornal do Brasil, 1961.

História Social, v. 19 n. 27/28, 2024, pp. 546-579.

<https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5308>

Resumo: Este artigo investiga os usos políticos de seções “não-políticas” de jornais. Analisamos o discurso da coluna “Notas e Comentários”, acerca do Reatamento Brasil-URSS em 1961. Ponderamos a possível existência de um público “apolítico” que recebe um quadro informacional a partir da coluna em seu conteúdo e posição não convencionais. Da teoria do *avaro cognitivo*, esboçamos como a presença do “político” em um espaço destoante pode influenciar o pensamento e ação de grupos que usualmente não consomem a política institucional intensamente. Sugerimos maior análise de espaços “não-políticos” de periódicos em sua ação política.

Palavras-chave: Indústria da Mídia. Anticomunismo. Jornal do Brasil.

* Mestrado em andamento em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul **com financiamento CAPES**. Bacharel em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



“Notes and comments”: an analysis of the causes, consequences and audiences of explicitly political discourses in “non-political” sections of Jornal do Brasil, 1961.

Vinicius Welter

Abstract: This article investigates the political uses of formally “non-political” newspaper sections. We analyze the discourse of the column “Notas e Comentários” about the resumption of diplomatic relations between Brazil and the USSR in 1961. We ponder the possible existence of an “apolitical” public that receives an informational framing from this column in its non-conventional content and position. From the theory of the *cognitive miser*, we sketch how the presence of the “Political” in a dissonant space can influence the thoughts and action of groups that do not usually consume institutional politics intensely. We suggest deeper analyses of political action and discourse in newspapers’ “non-political” sections.

Keywords: Media Industry. Anticommunism. Jornal do Brasil.

A mídia impressa teve uma posição primaz na sociedade civil da Quarta República. Seu desenvolvimento e ação reflete, em muito, os desenvolvimentos da sociedade brasileira. Almejamos neste artigo uma leitura de uso geral acerca de um fenômeno, mas fazemos, sobretudo, uma pesquisa explicativa² contextualizada num Brasil que, em seu período *Liberal-Democrático* (1946-64), via sua mídia impressa tornar-se industrial ao mesmo passo que (a) a política de massas tomou o palco e (b) o estrato urbano e letrado da população crescia em ritmo acelerado. A análise pretendida transpassa, então, por um período marcado pela (re)estruturação financeiro-organizacional destes jornais e pela *constituição* de públicos que os consumissem. Este processo de (re)constituição de audiências e temáticas dos grandes periódicos é constitutivo das suas posições e audiências futuras, portanto o vemos como um ponto focal de análise.

A relação constituída por um jornal com seu público é de um intercâmbio. O público existente modela as possibilidades de um jornal, e o jornal modela as suas possibilidades de público³. Pensando as consequências desta modelação, tomamos da teoria do *Avaro Cognitivo*⁴, adaptando sua visão original, de olhar para os EUA dos anos 1990-2000, para o Brasil do período liberal-democrático. Em síntese, esta linha de pensamento, nascida no campo da cognição social, propõe que os indivíduos, incapazes de processarem a complexidade da existência e/

² GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed 11º reimpressão. São Paulo, Atlas. 2008, p. 43

³ Tomamos de exemplo publicações periódicas vanguardistas que transformam o que é *possível* nos ideários. Um jornal que advoca pela *revolução*, por *golpes*, pode vir a criar os *públicos* - pela constituição de um quadro informacional favorável a tal - que acreditam em e advogam por ação direta x ou y. É o caso de jornais partidários comunistas, e também o caso do *Jornal do Brasil* (JB) e do *Estado de São Paulo*, que legitimaram e alimentaram o golpismo civil-militar. Cf. CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil.** 2º Ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994, p. 54. Ver também, nesta direção, SILVA, J. M. d. **Golpe midiático-civil-militar.** Porto Alegre: Sulinas, 2014, pp. 159.

⁴ Ressaltamos que esta tese foi ideada pensando o contexto estadunidense do final do século XX. A usamos enquanto teoria geral de cognição e não pretendemos reproduzir a aplicação da tonalidade elitista que perpassa algumas das discussões acerca deste termo. Não procuramos desqualificar partes desta audiência e muito menos desqualificar o vibrante experimento democrático do período de análise. Buscamos distinguir possíveis padrões de consumo de informação.

ou de situações específicas, tomam “atalhos” cognitivo-interpretativos, utilizando-se não da investigação e aprendizado, mas sim das ferramentas cognitivas já existentes⁵ para interpretar e tomar decisões.

Avançamos a possível existência de um demográfico leitor da mídia impressa, mas que pouco interage com o noticiário político ou com a “política” em geral, o qual pode acabar por receber informações que preenchem o leque de interpretações possíveis de um evento, mesmo sem o querer, pela inserção de conteúdos políticos em áreas formalmente “não-políticas”, como a seção cultural ou de esportes de um jornal. Criar-se-ia, assim, um “atalho” cognitivo-interpretativo naqueles que de outro modo não o apreenderiam no noticiário propriamente dito acerca deste ou daquele tema. Certamente estes públicos existem hoje, e existiram outrora, mas tateamos possibilidades apenas por não termos como saber, exatamente, sua amplitude e importância na gama mais ampla da audiência de jornais.

Utilizamo-nos de um caso específico, uma série de colunas de opinião engendradas nas páginas “miscelâneas/cômicas” do *Jornal do Brasil* (JB) durante o ano de 1961, para analisar possíveis causas e consequências desta estruturação não convencional. Analisamos, a partir deste caso, como posições políticas podem ser externadas, diferentemente ou não, para públicos que não consomem o jornal “linearmente”, das manchetes, às notícias nacionais, internacionais e locais, para as páginas policiais, do esporte, da cultura e entretenimento, mas sim de modo desordenado e incompleto, sobretudo quanto ao seu conteúdo formalmente político. Ponderamos nesta direção as distinções e convergências do conteúdo de cunho político enquanto nas páginas “próprias” a tal e enquanto “fora do lugar”, em seções de arte, esporte, enfim, “seções não-políticas”.

Inexistem estudos - de nosso conhecimento - acerca dos padrões de consumo das páginas de um jornal para o Brasil deste período. Entre as possíveis fontes primárias acerca do tema, ponderamos a existência de pesquisas de *marketing* acerca do tema, além de relatórios da indústria ou

⁵ FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. **Social cognition**, 2.ed. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Company, 1991.

de órgãos governamentais que possam aglutinar algum tipo de informação nesta direção. Não temos, no entanto, conhecimento ou acesso a tais fontes. Não sabemos, então, se alguns homens liam X seções, outras mulheres liam X e Y, ou se todos deixavam de fazer qualquer uma destas leituras. Um jornal é construído para maximizar a atenção àquilo que os editores, diagramadores e redatores consideraram importante. Isto não significa, no entanto, que tais efeitos são garantidos.

Entendemos como interessante, portanto, avançar uma série de teses acerca do consumo de jornais e seu conteúdo a partir de evidências históricas. Entendemos que a massificação da mídia impressa - adida à acelerada urbanização e alfabetização - trouxe a ela uma série de novos públicos, com interesses dos mais diversos, com os quais os jornais buscavam dialogar. Fazem-no sobretudo como veículos de discursos e construções ideológicas, partindo de sua posição condicionada pelos (a) interesses dos proprietários, (b) interesses dos patrocinadores/publicitários e (c) a pequena, mas importante, autonomia dos produtores do jornal.

Modernamente, os jornais dependem não do pequeno leitor, mas sim da publicidade para se manter⁶. A estrutura descapitalizada e dependente da grande imprensa brasileira do período liberal-democrático impelia tais empresas a se curvarem, dentro do possível, a certos *lobbies* e interesses econômicos. Apontamos, por exemplo, a campanha midiática contra o movimento nacionalista *O Petróleo é nosso*, ou também à *cruzada midiática* encetada contra o segundo governo de Getúlio Vargas após o atentado contra Carlos Lacerda⁷. Fazer a mensagem “colar”, de qualquer modo possível, devia ser um dos objetivos destes jornais⁸ que queriam manter

⁶ De fato, para Aquino, a grande imprensa é literalmente definida por ser incapaz de existir independente do financiamento publicitário. AQUINO, M. A. **Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978)**: o exercício da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: Edusc, 1999. Nesse mesmo sentido, Capelato afirma que o produto da empresa jornalística é nada mais que a “mercadoria política”. CAPELATO, A **imprensa na história do Brasil**, *op. cit.*, p. 18.

⁷ SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo - INTERCOM. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 580-2; 586.

⁸ Bahia aponta a impossibilidade de resistir ao “Poder Econômico”, consoante a Sodré, apontando

sua saúde financeira. Presente em nosso caso de análise, o anticomunismo está entre os discursos que renderam fartos dividendos a certos grupos de comunicação⁹, fato que condiciona seu desenvolvimento mundo afora, como veremos a seguir.

Nosso entendimento acerca do **Anticomunismo** decorre de sua posição historicamente situada no âmbito da produção ideológica global. O anticomunismo, enquanto postulado pela literatura, existe definido por dois pontos: (1) o seu lugar-comum da oposição àqueles percebidos enquanto “comunistas” ou, em acepções mais amplas - e possivelmente mais corretas - “esquerdistas”, grupos constituídos enquanto o *outro* e dados a pecha *Comunista*, historicamente toxicizada e (2) pela diversidade de pontos de vista, agremiações, motivações e justificativas que levaram estes grupos extremamente heterogêneos à militância contra estes adversários, reais ou imaginados¹⁰.

A interpretação do Anticomunismo Brasileiro deve-se primariamente aos esforços de Rodrigo Patto Sá Motta, que o trata em termos políticos e culturais, analisando as intersecções de um ideário “importado” - do Anticomunismo - com as tradições e preceitos das terras tupiniquins. Tal autor trabalha com uma definição deveras estrita do Anticomunismo, enquanto atitude militante de negação à “síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético”¹¹. As lacunas desta formulação são claras. Em sua precisão, deixa escapar que a materialidade não é parte necessária da criação de imaginários, ou, talvez, que a materialidade do *outro* não é tão necessária quanto a *crença materializada* de que o

o “obedecer ou morrer” dos jornais perante as agências publicitárias e os interesses de seus mantenedores BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. Editora Martins. Santos, 1967. p. 72; SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, *op. cit.*, p. 619.

⁹ SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, *op. cit.*, pp. 591-4.

¹⁰ HAYNES, J. E. Anticommunism. In: KUTLER, S. *Dictionary of American History*, vol. 1. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 2003, pp. 197-9; POWERS, R. G. Anticommunism. In: BOYER, P. S. *The Oxford Companion to United States History*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 40-1.

¹¹ MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002, p. 19.

outro existe e constitui algum tipo de ameaça. Nos baseando na definição disposta por Motta entendemos o anticomunismo enquanto a atitude de negação militante contra grupos, indivíduos e políticas *reconhecidas* como associadas ao socialismo, comunismo e correlatos, independente da materialidade de tais associações.

A relação histórica dos anticomunismos é uma de intercâmbios desiguais. A evolução do anticomunismo no cerne da sociedade brasileira não pode ser compreendida sem a apreensão, por exemplo, das relações políticas, financeiras e intelectuais do *hegemon* capitalista com o Brasil. A injeção de recursos estadunidenses, por exemplo, insuflou a criação de uma real “indústria do anticomunismo” no Brasil durante os anos 1950-7012, articulada em organizações¹³, na indústria da mídia¹⁴ e no financiamento de políticos ditos “anticomunistas”, como apontado pela CPI do IBAD -IPES (1963-4)¹⁵. Enquanto a vertente entreguerras do anticomunismo era de origem geralmente francófona, a versão estadunidense impôs-se à sombra da Guerra Fria, a partir de ações governamentais, de ONGs, grupos religiosos e blocos econômicos¹⁶. Os reflexos destas políticas, que fomentaram uma cultura política anticomunista e todo um ideário que a embasasse em sua difusão pela esfera pública, fazem-se na adesão ao menos tácita de corpos jornalísticos (o *JB* é um destes veículos “reticentes” em seu anticomunismo), impelidos por razões econômicas e político-ideológicas a, senão aderir abertamente ao anticomunismo, ao menos dá-lo espaço em suas páginas.

¹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. **Anos** 90, v. 9, n. 15, 2001, pp. 71-91.

¹³ RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, 2002, pp. 463-488.

¹⁴ SODRÉ, **História da Imprensa no Brasil**, *op. cit.*, p. 618, 630.

¹⁵ As atas foram “perdidas” após o golpe de 1964 e posteriormente recuperadas pelo trabalho da Comissão Estadual da Memória e Verdade Helder Câmara, em Pernambuco. Tais atas estão disponíveis em: <https://www.comissaoaverdade.pe.gov.br/index.php/comissao-parlamentar-de-inquerito-cpi-ibad-e-ipes>, Acesso em 08/03/2025.

¹⁶ MOTTA, **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**, *op. cit.*

Uma visão macro do consumo e feitio da grande mídia carioca

A produção jornalística brasileira estava centrada, nos anos 1960, nas regiões de maior poder econômico e político. O eixo São Paulo-Rio de Janeiro compunha a esmagadora maioria dos corpos da grande imprensa “nacional”¹⁷, com grandes tiragens que faziam saber a crescentes estratos da urbe o que *era notícia*. Para cada jornal, a *notícia* tinha de ser diferente. Jornais “tradicionais”, como o *Jornal do Brasil*¹⁸ e o *Correio da Manhã*, alcaram a tiragens “modestas”, entre 50 e 60 mil exemplares diários - com preços medianos por unidade -, enquanto outros, como o *Última Hora* (*117 mil*), *O Dia* (*230 mil*) e *O Globo* (*218 mil*)¹⁹, eram “populares” em precificação e discurso, escrito e gráfico.

A tiragem nacional chegava, em média, a 4 milhões de exemplares diários (ano de 1961). Em comparação a outros países, esta quantidade era diminuta²⁰, e mesmo em território nacional era ultrapassada vastamente

¹⁷ Em 1961, ano da nossa análise, o eixo São Paulo-Guanabara (excluímos toda a produção do estado do Rio de Janeiro, completamente inexpressiva no período), compunha 71,4% da tiragem média diária de Matutinos e 75,8% de Vespertinos. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Anuário estatístico do Brasil - 1963 (Ano XXIV)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963, p. 396 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1963.pdf. Acesso em: 31/07/2024. Entre a “grande imprensa”, esta prevalência era ainda maior, com poucos competidores além destes estados, como o *Correio do Povo* (RS), jornal que Machado Domingos chama de “o mais importante do Rio Grande do Sul”; e o *Diário da Bahia* (BA), denominado de Grande Imprensa por Santos, ambos casos de indústrias da mídia menores, mas significantes no contexto regional, com eventuais repercussões nacionais. MACHADO DOMINGOS, C. S. **O Brasil e a URSS na guerra fria**: a política externa independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Sulina Letra e Vida, 2010, p. 26; SANTOS, J. W. A. d. **Formação da grande imprensa na Bahia**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1985.

¹⁸ Capelato diz que, ao menos na apresentação (seu discurso visual e *status* que tenta projetar, enfim a *imagem* que o jornal tenta projetar), o *JB* é de “Elite”. CAPELATO, A. **Imprensa na história do Brasil**, *op. cit.*, p. 15.

¹⁹ Estes dados de tiragens médias diárias estão conforme BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa - Brasil (1900 - 2000)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 155.

²⁰ Os dados são incomparáveis, considerando os abismos dos indicadores socioeconômicos à época, mas no ano de 1962, os Estados Unidos dispunham de uma circulação diária de 59.261.000 de unidades de jornais Cf. NASEER, S.; CHRISTOPHER, St. A. **Newspapers Fact Sheet**. Pew Research Center, 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/journalism/fact-sheet/newspapers/>. Acesso em: 31/07/2024. Em termos populacionais, os Estados Unidos possuíam

pela produção nacional de Revistas, com 14 milhões e 860 mil unidades²¹. A cultura letrada era a de uma nação que recebia a alfabetização tardiamente: estratos elitizados, de “bacharéis” tradicionais e cosmopolitas, estudantes das humanidades, que povoavam o pensar e fazer dos “letrados”. Jornais como o *Correio da Manhã* (RJ), escreviam sobre *Turfe*, a bolsa de valores, e os trâmites da Reforma Tributária. Existiam em mundos discursivos diferentes de um *O Dia*, ou *Última Hora*, que falavam de casos policiais, futebol e dramas da sociedade. Entre estes jornais, as notícias políticas podiam ser similares, mas sempre com tônicas e enquadramentos diferentes.

Não avançamos a ideia que isto era único no Brasil²². Todo país acabou por conduzir produções jornalísticas paralelas, no que elitistas de seus momentos veriam como de “alto” e “baixo” calão. Entre o “jornalismo amarelo” e o jornalismo “real” existe uma tênue linha que distingue o “popular” e o “erudito”. Esta linha traça as relações de poder. É claro, no entanto, que os jornais tinham propostas diferentes, públicos-alvo diferentes, que refletiam então na sua produção²³.

um total de 179.323.175 cidadãos. Cf. USA. **1961 U.S. Census Report**. US Bureau of the Census. Washington: Distrito da Columbia, 1961. Disponível em: <https://www2.census.gov/prod2/statcomp/documents/1961-02.pdf> Acesso em: 31/07/2024; e o Brasil tinha 59 milhões. Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: 1960**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 31/07/2024. Martins assevera que a baixa tiragem era uma das “fraquezas” da Grande Imprensa brasileira Cf. MARTINS, Luís Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)**: conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. 2010, pp. 360. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. p. 20.

²¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *op. cit.* 1963, p. 396. Esta fonte também corrobora o dado anterior de ~4 milhões de exemplares diários.

²² Não argumentamos, igualmente, que existia uma experiência única dentro do próprio Brasil. Regiões mais longínquas da vivência urbano-industrial que se tornava prevalente no eixo SP-RJ-RS certamente consumiam jornais diferentemente, muito provavelmente em modelos anteriores, bacharelescos. Os dados do IBGE, já citados, o corroboram: A produção jornalística era comparativamente parca, e quase inexistente além das capitais, fora deste eixo dominante da indústria da mídia.

²³ O JB se autointitulou monarquista Cf. SODRÉ, **História da Imprensa no Brasil**, *op. cit.*,

O *Jornal do Brasil* era, nos anos 1960, um jornal entre estágios técnico-produtivos. Evoluiu a passos largos, sendo um dos líderes da renovação da indústria da mídia em direção à comunicação de massas industrial-empresarial. Ponderava, em suas páginas, todas as questões tidas de interesse: da política e alta cultura, ao futebol e casos dramáticos e sangrentos do Brasil e do mundo, o JB abrangia uma grande variedade de assuntos, contando em si uma quantidade imensa de espaço de anúncios²⁴, característica marcante de sua extensão²⁵. É um “jornal entre jornais”, nem elitista nem popular.

Neste contexto de renovação, a implantação de uma nova infraestrutura e “ética jornalística” - de origem estadunidense - “serviu para legitimar intervenções marcadamente parciais, intencionais, eivadas por interesses políticos particulares e concorrentiais entre os jornais”²⁶. A vitória deste sistema “científico-formalista” no jornalismo dos anos 1950 em frente, profissionalizado em uma instituição objetivista - a “imprensa”, agora não só como *coisa* existente, mas também como *fetiche* nascido desta objetividade socialmente percebida -, não foi, no entanto, igualmente a vitória da *prática* da tal “objetividade”. Ainda se evidenciam, e por vezes, se sobrepõem na imprensa, “elementos oriundos de uma tradição do jornalismo político missionário e combativo”²⁷. Consideramos o anticomunismo como um produto destes momentos de “missionarismo”.

pp.378-9 e virou o “popularíssimo” Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Jornal do Brasil**. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 03/08/2024. O Correio da Manhã, por sua vez, autointitulou-se “folha de oposição” Cf. SODRÉ, **História da Imprensa no Brasil**, *op. cit.*, p. 507; e o Última Hora, como um baluarte do “Idealismo Nacionalista” Cf. LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**, Petrópolis: Vozes, 1979, p. 31, ou simplesmente da “imprensa nacionalista” Cf. ABREU, A. A. (Org.) - **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 62.

²⁴ SODRÉ, **História da Imprensa no Brasil**, *op. cit.* p. 595.

²⁵ BAHIA, **Jornal, história e técnica**, *op. cit.*, p. 146; SODRÉ, **História da Imprensa no Brasil**, *op. cit.*, p. 507.

²⁶ RIBEIRO, L. M. O processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). In: **Comunicação e Sociedade**, 41, 2004. pp. 82-3.

²⁷ *Ibid.*, p. 83.

Esta estrutura de “objetividade”, em sua essência, difere do modelo anterior (o chamaremos de “Pessoalista-Literário”²⁸) mais em *forma* do que em *função*. A mistificação do discurso (O jornal não reporta mais *opiniões*, mas sim a *realidade*, os *fatos*) não é nova, só se aprofunda. A comunicação jornalística continua, como o era anteriormente, zelando pela manutenção de um projeto dominante ou a implantação de outro que conviesse a suas necessidades e desígnios.

Ressaltamos neste salto evolutivo a adoção da “objetividade”. Certamente ela não existia *como tal*, mas compreende uma série de princípios produtivos e criativos que transformaram a escrita e o noticiário. Discursivamente, os jornais deixaram de contar histórias partidárias e passaram a retratar a *realidade*, em uma *técnica-fetiche*²⁹ perpassada, sob o verniz *objetivo*, de interesses, vieses e ponderações ideológicas, mesmo que carecendo por vezes desta intencionalidade³⁰. Em diferentes áreas, tal verniz opera diferentemente.

A coluna “Notas e Comentários”, assinada por um “Souza Brasil” e ora presente nas páginas finais do Caderno A, ora no cerne do Caderno B, existiu por algumas centenas de edições como uma faceta peculiar dos “fundos” do *Jornal do Brasil*. Cercado de conteúdo cultural - seja da “alta tradição”, de peças, filmes, galerias e óperas, ou da “baixa”, da comédia, do horóscopo e das sátiras baratas -, Souza Brasil estaca a política em local atípico. Esta coluna, existente em todo o período de análise, com intuito

²⁸ Adaptamos a perspectiva de: RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa. In: **Estudo Históricos**, v.1, nº31, 2003, p. 147-8. Tomamos, similarmente, uma leitura de Martins e de Luca acerca do estudo de Habermas, adaptando-o ao Brasil na interpretação da existência de uma imprensa “política-pessoalista” anterior à imprensa comercial. MARTINS, A. L. & LUCA, T. R. **História Da Imprensa No Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 157.

²⁹ Aqui nos referimos ao conceito marxista de “Fetiche”, como sintetizado por Gerald Allan Cohen: “*To make a fetish of something, or fetishize it, is to invest it with power it does not in itself have*”. COHEN, G. A. **Karl Marx's theory of history**: a defence. Expanded Edition. Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 115. Fetichizar algo é conferir um poder ilusório a este objeto/símbolo/etc de modo que seu poder é socialmente reconhecido e respeitado a ponto de constituir um tipo de poder *de facto*, nascido desse reconhecimento Cf. Ibid, pp. 115-6.

³⁰ HALL, S. A world at one with itself. In: COHEN, S. YOUNG, J. **The Manufacture of News**: social problems, deviance and the Mass Media. Londres: Sage Publications, 1981, p. 513.

aberta e essencialmente político é palco de variados comentários acerca das notícias da hora, que quase sempre são políticas. Difere, no entanto, do “corpo” político do jornal, e se assemelha mais à já referida forma *pessoalista-literária* do jornalismo, com seus floreios e opiniões vívidas.

Isto não é necessariamente atípico, mas levanta uma série de questões, primaz entre elas o porquê desta coluna política existir, sozinha, em local tão deslocado, tão incomum. Primeiramente notamos nela um discurso destoante: É pessoal e por muitas vezes traz uma perspectiva diferente daquela do próprio *JB* acerca dos mesmos temas. Souza Brasil acusa, vocifera e por vezes se alia às mais variadas tendências. Sua escrita carece de “objetividade”, é agressiva e acusatória. Trazemos, então, nosso espaço de teorização: A quem se fala, quando se faz política na “porta dos fundos” de um jornal? Como se fala? O que se propõe? Tomamos o caso do Reatamento Diplomático entre o Brasil e a URSS, efetuado em novembro de 1961, procurando comparar as reações do Jornal em seu espaço “político” e no espaço destoante, da “porta dos fundos”.

O Reatamento Diplomático entre Brasil e União Soviética, “questão mais importante” das relações externas da Quarta República após a “Questão Cubana”³¹, decorreu da abertura brasileira às relações diplomáticas e comerciais com o Bloco Soviético, parte essencial da Política Externa Independente que procurava viabilizar o contínuo desenvolvimento nacional³². Ocorrido em 23 de novembro de 1961, foi um marco da administração de São Tiago Dantas no Itamaraty, deflagrando tensões durante o jovem governo Goulart e sendo amplamente noticiado e polemizado na sociedade civil brasileira.

O trabalho de conclusão de curso deste autor versou sobre a posição da grande imprensa carioca acerca desta temática. Averiguou o amplo noticiário do *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* para tal fim³³.

³¹ FAUSTO, B. (org.) **O Brasil Republicano**. Tomo III Vol. 4: Economia e Cultura (1930-1964), 3a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 97.

³² MONIZ BANDEIRA, L. A. **O Governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 7a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001, p.43.

³³ SILVA, Vinícius Welter Dias. **O ESPECTRO TEM EMBAIXADOR**: A POSIÇÃO DA

Concluímos que houve uma relação dúplice de apoio ao reatamento e de negação constante e explícita ao Comunismo. Cada jornal tomou posição específica, mas geralmente consoante com esta noção geral, com variações dependendo do trato, seja uma notícia de manchete, usual, editorial ou outros meios, como *charges*, comédia e colunas opinativas. O *JB* tomou posição ambígua, apoiando à primeira vista o Reatamento³⁴, mas dando ampla e contínua atenção às críticas da oposição anticomunista³⁵, principalmente em espaços como o das *Notas*.

(Re)afirmação de quadros informacionais: Política além de seus espaços formais

O conjunto noticioso de um jornal, entre suas manchetes, boletins, fotos, entrevistas, editoriais e análises, é eminentemente político. Nele, a equipe de um jornal constrói - sob o olhar atento do *patrão* e seus mecenos - uma história. Na seletividade da notícia³⁶, um mundo de importância é constituído. Este processo é ideológico (em sua acepção ampla³⁷). Desde a escolha das notícias, até a escolha das palavras, uma onda de significação

GRANDE IMPRENSA CARIOLA FRENTE AO REATAMENTO DE RELAÇÕES BRASIL/URSS EM 1961. 2023. PP. 116. Trabalho de Conclusão do Curso, Graduação em História - Escola de Humanidades, Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023. Existe apenas uma outra obra que trata nestes termos do reatamento, de autoria de Charles Sidarta Machado Domingos. MACHADO DOMINGOS, **O Brasil e a URSS na guerra fria**, *op. cit.* Este livro disserta acerca da cobertura do Reatamento Brasil-URSS no *Correio do Povo* (RS).

³⁴ “San Tiago reata dizendo que não há paz com isolamento” Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 24 de nov. 1961, Edição 275, p.3; “Gabinete excluiu do reatamento com URSS qualquer conteúdo ideológico”. _____. 24 de nov. 1961, Edição 275, p.3.; “San Tiago reata dizendo que não há paz com isolamento” _____. 24 de nov. 1961. Edição 275, p. 3.

³⁵ “Segadas conclama exército a manter união contra Comunismo”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 27 de nov. 1961. Edição 277, p.20. Trazemos esta matéria como um exemplo desta ação, suas instâncias estão nas dezenas. Este caso específico, no entanto, é marcante: Uma notícia de página inteira, com uma grande fotografia (ocupa cerca de 2/5 da página) e amplo espaço dado à simples e acrítica reprodução do discurso do dito General Segadas Viana.

³⁶ HALL, A world at one with itself, *op. cit.*, p. 148.

³⁷ EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Editora Boitempo, 1997. 204p.

recai sobre a audiência. Existe intencionalidade nesta construção e relações. No espaço formalmente “político” - que relata a política, opina sobre esta -, é composto um quadro interpretativo (e aqui tomamos, lateralmente, da teoria do *framing*, conforme Chong e Druckman³⁸ e Entman³⁹) primário. Estes são os dados/signos que constroem o “mundo” deste ou daquele evento: Os “fatos” como vistos pelos produtores do periódico, dispostos a partir de uma relação comunicacional formal: o leitor está ali para receber o *político*, a *opinião do jornal e seus contribuidores*.

Em áreas além da política, a relação ainda é de *receber dados, opiniões*, mas as expectativas se transformam. Viramos aqui às seções de arte e entretenimento, que existem distantes da “objetividade”. Imagina-se que, aqui, o leitor consome o jornal diferentemente que nas páginas iniciais. Isto não significa que estas seções são apolíticas - uma página que trata de “questões femininas”, por exemplo, sempre existirá como um espaço de conflito, de afirmação ou negação do padrão societário - mas sim que são *informalmente políticas*, consoante com a crença dominante que espaços como a *performance social* de padrões, a *moral*, a *fé*, são fatos concretos, do “bom senso”, “da natureza”, e não como são de fato: históricos. Quando os jornais escrevem sobre essas questões, portanto, não são vistas *formalmente* como sendo políticas. Configura, aqui, um *quadro interpretativo secundário*.

Não varia apenas o padrão de consumo de um jornal, mas também os *públicos* que os consomem podem, também, ser diferentes. Imaginamos, nesta direção, um jovem desinteressado na política, que vai à seção de música e cinema para saber das novas; uma senhora recém-alfabetizada que procura, na seção de *casa*, receitas e dicas para o dia-a-dia; um trabalhador que, em seu momento de almoço, se entretém com as sátiras, ou faz as *palavras-cruzadas* do dia. Não é difícil imaginar a existência destes públicos, que muitas vezes podem simplesmente ultrapassar, rapidamente, o conteúdo político formal para ir atrás daquilo que lhes interessa. A inserção

³⁸ CHONG, D. DRUCKMAN, J. N. *Framing Theory*. In: *Annual Review of Political Science*. Vol. 10, pp. 102-26, 2007. doi: 10.1146/annurev.polisci.10.072805.103054.

³⁹ ENTMAN, R. M. *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm*. In: *Journal of Communication*, 43, pp. 51-8, 1993. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>.

do *político* neste espaço informal pode “fazer valer” e/ou reafirmar uma mensagem já constituída nas primeiras páginas ou pode, para outros, ser seu primeiro contato com uma temática. Argumentamos que, então, existe potencial imenso de qualificar ou até criar um *pseudo-ambiente*⁴⁰ - o “filtro” informacional-cognitivo pelo qual podemos compreender a realidade hipercomplexa em que existimos - *mínimo* para a audiência leitora, mesmo naqueles que não necessariamente o querem, por esta inserção.

A análise destes espaços, portanto, pode ser valiosa para averiguar a narrativa mais ampla de um jornal. Nem sempre o que é dito na primeira página é tudo que há de se dizer, e nem sempre é a mais importante peça do conjunto. Este quadro informacional secundário pode diferir, além disso, em seu *trato*. Pode ser pessoal, agressivo, muito mais incisivo do que a “objetividade” formalmente requerida nas páginas iniciais pode ser na arguição de um ponto ou interesse, mesmo indo contra a tese “primária”, quando necessário. Analisamos, nesta direção, um tal espaço secundário.

Em seção miscelânea do *Jornal do Brasil*, a coluna *Notas e Comentários*, assinada por Souza Brasil, lança seguidas invectivas contra o reatamento, nas edições 279, 280 e 281. Aponta com grande veemência a “perigosa ação” do Governo de abrir o país para um “regime adversário”. Não destoa totalmente da perspectiva do *desenvolvimento* em termos “técnicos”, avançada nas seções *formais* de política do *JB*, mas argumenta que reatar diplomaticamente é desnecessário e um erro, pois as relações comerciais estavam reatadas desde o governo JK, concluindo que o reatamento “será a curto prazo”, que “todos os países que permitiram o estabelecimento de missões diplomáticas soviéticas tem tido sérios aborrecimentos que, não raro, acarretam posterior rompimento de relações”, sem prover exemplos. Escreve, também, que um país pobre e subdesenvolvido, como o Brasil, tem “motivo bastante para apreensão” de ter relações com países comunistas, de “um regime adversário” (edição 279⁴¹). Na edição seguinte,

⁴⁰ LIPPmann, W. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 31.

⁴¹ BRASIL, S. “Notas e Comentários”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 29 de nov. 1961, p. 2, Caderno B.

aponta como “hipocrisia” que o Brasil rechaçasse a ditadura de Salazar, mas não a “Ditadura Soviética”, acusando a imprensa de estar “infiltrada” por elementos suspeitos, visto seu suposto apoio ao Reatamento.

Retoma, na edição 281⁴², esta linha de argumentação: acusa com todas as palavras a imprensa, a “autoridade pública”, etc, ao fato que “o reatamento de relações diplomáticas entre a União Soviética e o Brasil acaba de receber a maior e mais expressiva consagração que se poderia esperar: o líder Luís Carlos Prestes (...).” Faz alusões a “criptocomunistas” na imprensa, que são “serventes” de Prestes e do Comunismo Internacional, chamando o primeiro de “traidor da pátria”, “ilegal”, “desertor”⁴³. Recrimina a ação, portanto, por ser apoiada por comunistas (Prestes) e “criptocomunistas”, coadunando com a percepção de Sodré de que havia uma longa tradição de descrédito discursivo a partir da associação de políticas ou pessoas ao comunismo⁴⁴, em diferentes momentos da história republicana brasileira⁴⁵.

Associar o comunismo, e os comunistas, ao crime e à turpitude moral é a linha mestra de argumentação de Souza Brasil. De fato, o autor perpassa duas das três “matrizes” dos anticomunismos: Liberalismo, Nacionalismo e Religião⁴⁶ enquanto fá-lo. Na supracitada edição 281, afirma que Prestes é “mimado” pela justiça e recebe vastos “estipêndios”. É uma pessoa “sub judice”, como o seu partido. É um “adepto de credo clandestino”, que aparece na imprensa apenas por esta ser escrita em muito por “comunistas” e “simpatizantes”. Aponta também que Prestes é “desertor”, “traidor da pátria” que não merece senão o escárnio e a punição. Igualmente, irmanar-se de qualquer modo com a URSS é ir contra a

⁴² BRASIL, S. “Notas e Comentários”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 01 de dez. 1961, p.4, Caderno B.

⁴³ Esta ação, de rechaçar a “imprensa” em termos gerais, serve duplamente para negar a tese primária do próprio JB acerca do reatamento e também colocar-se em posição “popular”, que hoje denominaríamos de “anti-establishment”.

⁴⁴ No sentido de serem “traidores”, “bandidos”, “vis”, subversivos, essencialmente imorais e “tóxicos” ao “espírito ocidental, cristão e democrático”.

⁴⁵ SODRÉ, *op. cit.*, p. 576; 586.

⁴⁶ MOTTA, **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**, *op. cit.*, p. 18.

“praxe” do direito internacional (Edição 280). Estas categorias não são técnicas. Não existem críticas das pretensões, das políticas “comunistas”, mas sim uma acusação unilateral não das falhas político-partidárias, mas sim morais, desta vertente política. A ilegalidade do PCB, parte significante do argumento, foi uma ação duvidosa em termos de democracia e cabimento jurídico. Da suposta tirania soviética que recairia sobre o Brasil, fazia-se uma tirania brasileira, sem sequer pestanejar, e logo tornou-se argumento “irrefutável” contra os pecebistas. São criminosos apenas por serem comunistas. Se o argumento de Souza Brasil, de desqualificar o comunismo em seus agentes percebidos por “tentativas de derrubar o estado democrático de direito” tivesse qualquer respaldo real, estariam ilegais boa parte dos partidos brasileiros, que outrora apoiaram Vargas, e depois apoiariam os militares e seus patrocinadores políticos e financeiros.

Dois dias antes, falara da “inoportunidade” de reatar dias antes do Dia da Ação de Graças, e da igual lástima de fazê-lo em data próxima ao aniversário da chamada “Intentona Comunista”, argumentos que são, à primeira vista, similaríssimos, mas cuja base retórica é distinta: um se ancora no discurso anticomunista religioso, e outro, naquele de um nacionalismo liberal. Afirmou que “ninguém nega” os argumentos do Itamaraty acerca do Reatamento, mas colocou em dúvida a idoneidade de seus funcionários, quando o Brasil “se beneficiava menos que a URSS” com o ato de reatar. Desta edição de número 279, onde o tom era mais brando, avança à edição 281 vociferando raivosamente contra o comunismo e seus supostos agentes. Abandona as pretensões mais técnicas, do “inegável argumento” de Dantas, para atacar pessoalmente os “subversivos” e os invisíveis agentes do comunismo na imprensa, infectada em todos os cantos, menos neste, tão distante, do Caderno B.

Notamos neste noticiário uma distância considerável entre a produção disposta nas páginas iniciais e aquelas nas últimas páginas. Enquanto o Jornal do Brasil apoia frontalmente o reatamento em termos econômicos e geopolíticos, a posição de virulenta contrariedade da coluna *Notas e Comentários* acerca do tema é marcante, fazendo parte

do que determinamos a “oposição velada”⁴⁷ do *JB* ao reatamento: apoio “oficial”, nas seções políticas, e detração fortíssima, em outros espaços, como de notícias “religiosas”, “militares”, na opinião de colunistas e na reverberação desproporcional de discursos oposicionistas ao reatamento, geralmente de anticomunistas. Souza Brasil, fazendo parte deste plano amplo de “oposição velada”, vocifera repetidamente contra o reatamento, seus feitores e suas supostas consequências. Destas contradições, ideamos um número de possíveis causas desta distinção:

A. Oposição controlada;

B. Manter a coesão de certo bloco pagante pelo discurso puramente simbólico, ou que carece de materialidade;

C. Contrariedade velada;

D. Métodos distintos de escrita para públicos-alvo distintos.

Não alçamos à exaustão das possibilidades, mas tomamos estas como as mais plausíveis. Trataremos, agora, de comentá-las. Primeiramente, trazemos um fato consumado do modelo indústrio-empresarial da mídia: na tentativa de angariar o mais abrangente público, o jornal mantém sua linha editorial, a *sua* posição, relativamente clara, mas também abre espaços, mesmo que subalternos, a opiniões discordantes. Cria-se uma ambiguidade - leve que seja - que pode atrair maiores e mais heterogêneos públicos. Isto tem o efeito de conferir um verniz de “imparcialidade” ao periódico, ao mesmo tempo que (1) a opinião dominante ainda perdura, por ter maior espaço, atenção, vantagens diagramáticas, etc.; (2) atrai, ou não afasta,

⁴⁷ Esta tese acerca da “oposição velada” é desenvolvida em artigo ainda não publicado deste mesmo autor. Todas as opiniões “oficiais” do *JB* são favoráveis ao Reatamento, geralmente em termos econômicos (“será bom para a exportação brasileira”, “para a compra de maquinários soviéticos” etc). Em outros espaços e em outros termos, o *JB* dá amplíssimo espaço aos detratores da medida em vários termos: dá voz a discursos de generais fervorosamente anticomunistas, a prelados articulados na luta contra vertentes socialistas, expoentes do latifúndio, etc. Trabalha sempre uma narrativa paralela às “boas notícias da economia” provindas do Reatamento, acusando os “perigos” de “infiltração comunista”, de subversão e aproximação do Presidente (que aliás pouco teve a ver com o processo do Reatamento, iniciado ainda pelo governo JK) aos elementos de esquerda radical. Em cultura, religião, segurança nacional e todos os espaços onde tais questões são discutidas, o *JB* elenca uma riqueza de argumentos contrários ao Reatamento e notícias negativas acerca da URSS para minar, de modo “velado”, esta medida diplomática.

aqueles que discordam da linha deste ou daquele jornal; (3) o Jornal não *precisa* dialogar com a sociedade civil para engajar no debate, precisa apenas parlar consigo mesmo, entre editoriais, notícias e colunas opinativas. Esta construção dá quase total poder ao corpo editorial - junto com seus chefes e patrocinadores - para controlar a discussão tida e os seus rumos⁴⁸.

Em segundo lugar, entendemos que o Reatamento foi muito mal visto pelos setores à direita da sociedade brasileira⁴⁹. Associações anticomunistas, ou do campo “democrático”, se sentiram profundamente contrariadas pelo reatamento. A luta pela abertura diplomático-comercial com o Bloco Socialista e a retaliação destes setores contrários ao socialismo, à URSS, enfim, às teses de “esquerda”, foi profunda, como apontado por Machado Domingos⁵⁰ e Manzur⁵¹. Ter um colunista tomando uma posição contrária ao jornal e favorável a este estrato social poderoso na constituição do debate na esfera pública (apenas 35% apoiavam o reatamento, o que mostra, no mínimo, uma amostra do *espaço discursivo* alçado pelo anticomunismo⁵²) poderia significar a manutenção de laços

⁴⁸ Noam Chomsky e Edward Herman, em seu *Manufacturing Consent*, apontam esta tendência como sendo geral na Grande Imprensa Estadunidense Cf. CHOMSKY, N. HERMAN, E. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1988, p. 28-33.

⁴⁹ QUINTANEIRO, T. **Cuba e Brasil**: da revolução ao Golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a Política Externa Independente. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p. 108; MACHADO DOMINGOS, **O Brasil e a URSS na guerra fria**, *op. cit.*, pp. 38-40.

⁵⁰ MACHADO DOMINGOS, C. S. As relações internacionais do Brasil no governo João Goulart (1961-1964): leituras sobre a Política Externa Independente. In: **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, 2011.

⁵¹ MANZUR, T. M. P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 93, p. 169–199, set. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>.

⁵² Uma pesquisa de 1959, encorregada pelo USIS, apontou que “(...) cerca de 40% dos brasileiros eram contra o reatamento com a URSS, contra 35% que se mostravam a favor.” Cf. MOTTA, R. P. S. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. Locus; Revista de História, v. 13, n. 2, 2007, p. 239. Temos de problematizá-la, no entanto: Quais eram as perguntas feitas, quem as responderam? A “opinião pública” inexiste como tal Cf. BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. p. 1-12. In: THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980, e a entidade contratante por si só deixa revelar um viés. Se esperamos um *tilt* da amostra à classe média precisamos aferir os vieses desta “(...) massa mais dócil às soluções autoritárias.” Cf. IANNI, O. **O colapso do Populismo no Brasil**. 4a ed., revista. Rio

comerciais e ideológicos com esse grupo tão heterogêneo. Certamente a grande imprensa brasileira, descapitalizada e dependente, não possuía a capacidade de se eximir de quaisquer públicos, mas sobretudo daqueles endinheirados, em um negócio mantido quase totalmente pela relação entre anunciantes e jornal.

Terceiramente, destacamos esta estratégia de edição e diagramação do jornal como meio do jornal tomar posição contrária a si mesmo. A tese econômica do reatamento era “irrefutável”⁵³. Os jornais não fizeram sua oposição a partir disso. O Jornal do Brasil apoiou o Reatamento, viu nele este valor, mas igualmente deu espaço – aliás muito mais espaço que em qualquer outro veículo da “grande imprensa” carioca - de fala a opositores que apontavam o risco do “comunismo”, da “desordem social”. Uma quantidade significativa desta produção de oposição, apuramos, fez-se em seções “dos fundos”.

Por fim, trazemos o ponto focal da teorização proposta por este artigo: a hipótese de que os jornais estavam, pela veiculação de discursos específicos (e diferentes do discurso principal), fazendo política visando grupos específicos, que não seriam atingidos ou não absorveriam as mensagens do corpo noticioso enquanto estruturado como tal. O reatamento, por exemplo, é visto no noticiário como ótimo em termos bacharelescos, estatísticos: crescerá a economia, o Brasil se mostrará como a potência que alça ser, as divisas aumentarão e assim o *Desenvolvimento* continuará a passos largos.

Existe, no entanto, uma narrativa subalterna, mas em muito ressonante com o *conteúdo social anterior*⁵⁴, relacionado ao anticomunismo.

de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 129.

⁵³ Em sua querela com a “extrema-direita exploradora”, o Editorialista do Correio da Manhã afirma que a posição anticomunista é “indefensável” e depende da “exploração” das emoções e do ódio político. “Esses argumentos políticos e econômicos, expostos pelo ministro San Thiago Dantas, são irrespondíveis (...) Não é possível debatê-los.” Cf. “Reatamento”. Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 24 de nov. 1961, Ed. 21.063, p. 6.

⁵⁴ Definimos este termo como o conjunto sócio histórico que engendra o pensamento e ação individual, adido à experiência sensório-actual destes indivíduos. Um discurso cristão irá tocar um crente católico pois existem nele os quadros socioculturais que informam e modelam esta

Uma narrativa emotiva que permeou toda esta cobertura e pode ter tido efeitos similares sobre outros ciclos noticiosos: em termos numéricos, tudo está bem. Em termos sociais, culturais, emotivos, a sociedade estava em perigo. *Agents saboteurs*, infiltrados soviéticos, a *revolução* ameaçava. A população deveria, portanto, ser *contra* o comunismo, mesmo que tivesse de engolir o reatamento para *desenvolver* o país. Há evidências que a tese emotiva perdurou: em um espaço de relações internacionais - antes tema palaciano, bacharelesco⁵⁵ - que se via crescentemente politizado, a contrariedade emotiva prevaleceu, é o que sugere Vizentini⁵⁶. O espaço das *Notas e comentários*, como peça desta opinião estruturalmente subalterna, mas efetivamente dominante, é um de uma audiência que pode nem sequer apreender a mensagem “principal”, da benfeitoria do ato.

Os públicos “apolíticos”, em sua diversidade, poderiam receber tal noticiário enquanto *ativação* do *Conteúdo Social Anterioranticomunista*. Walter Lippmann vê, em seu *Opinião Pública*, a criação do “pseudo-ambiente” enquanto estratégia de lidar com uma complexidade social muito além da compreensão humana: simplesmente existem informações demais. Não podemos apreender o *todo* (a “Realidade”). Apreendemos, em seu lugar, uma *história* sobre este *todo*⁵⁷. Várias décadas após a obra de Lippmann, Fiske e Taylor reformulam a questão ao campo da psicologia, rejeitando a visão positivista de que os seres humanos tomam seu mundo enquanto “cientistas ingênuos” – formulação de Fritz Heider. Tomando deste arcabouço, as autoras apontam que, frente à complexidade informacional,

emoção. Isto não determina, no entanto, as reações. Os arcabouços individuais são heterogêneos em sua individualidade, e apenas seguem certos padrões quando vistos em sua totalidade, consoante com aquilo esboçado pela *Lei dos Grandes Números*: qualquer ocorrido - mesmo que aleatório, sem intencionalidade, ou de ação inteiramente individual, sendo repetido vezes o suficiente, demonstra um padrão reproduzível.

⁵⁵ MACHADO DOMINGOS, **O Brasil e a URSS na guerra fria**, *op. cit.*, p. 40.

⁵⁶ VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento**: o nacionalismo e a Política Externa Independente. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 98.

⁵⁷ LIPPmann, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 30-32.

o sujeito humano usa “atalhos” cognitivos, remetendo a estereótipos e à emoção quando inexistem dados completos⁵⁸.

Não afirmamos aqui que este público secundário é menos capaz de entender as estratégias discursivas empregadas, mas sim que o consumo, por este público hipotético, de conteúdo que recorre exclusivamente a estas emoções e estereótipos (como é o caso da análise de Souza Brasil), teria um efeito ainda mais amplificado de *ativação e confirmação do conteúdo social anterior* estacado no discurso anticomunista. Para a audiência que consome ambos, Souza Brasil faria parte da *contrapartida* oposicionista à visão positiva disposta pelo *JB* em sua seção propriamente política. Para esta audiência secundária, seria *a última palavra*, não de cunho factual, “dos dados” (como seria o “ideal” do debate político⁵⁹), mas sim uma última palavra moral, ancorada na resposta emotiva a inimigos que eram, em muito, “imaginados”. Apontamos, a partir dessas possibilidades, a importância da análise de *outros* espaços destes jornais além daqueles formalmente políticos.

Inexistem meios de sabermos o *porquê* da coluna *Notas e Comentários* ter sido entremetida na página 2 do Caderno B do *Jornal do Brasil*, que contava sobretudo com notícias das *Artes e Religião*⁶⁰. Não temos como saber também, porque Souza Brasil, no período do Reatamento, estaria há alguns meses relegado à seção de *comédia e miscelânea*⁶¹, com sua coluna

⁵⁸ FISKE, Susan T.; TAYLOR, Shelley E. **Social cognition**, 2.ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1991, p. 24-6; HEIDER, F. **The psychology of interpersonal relations**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1958.

⁵⁹ CHAMPAGNE, P. Formar a Opinião: o novo jogo político. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

⁶⁰ Por nossa análise, utilizando-nos das ferramentas da Hemeroteca Digital, a primeira instância da coluna de Souza Brasil está na Edição N°037 de 1959, dia 15 de fevereiro (um domingo), na 6a página do 1º Caderno. A última instância é da Edição N°288 de 1962, dia 14 de dezembro (uma sexta-feira), na 2ª página do Caderno B. A primeira trata-se de questões internacionais: a visita de um príncipe, a histórica querela entre Peru e Equador e os ritos da Quaresma mundo afora. A última trata de analisar e denunciar a reforma do sistema educacional cubano, em direção ao Marxismo-Leninismo. A Coluna “notas e comentários” não deixa de existir, mas torna-se mais esporádica e é ministrada por outros escritores. Um tanto comicamente, ela passa a ser congruente com seu espaço: trata de arte, teatro e cultura.

⁶¹ Ambas as distinções que fizemos, de “Artes e Religião” e “Comédia e miscelâneas” são formuladas por nós para discernir o que *usualmente* se encontra nestas páginas. A primeira seção conta com espaços de “Vida Literária”, “Artes Visuais”, “Notas Religiosas”, óbitos, casamentos e aniversários.

política isolada entre questões de decoração, *palavras-cruzadas* e as letras dos mais novos sucessos da música. Durante a existência da coluna no caderno B, a página em que existia foi sendo transformada, trazendo anúncios de filmes e empresas. *Notas* não foi movida, nem renovada.

É interessante que esta coluna é a única peça que sobreviveu à reorganização da página. A diagramação é fruto de imensa intencionalidade e estudo⁶². A quem, portanto, serve a continuação desta coluna, extremamente política, entre temáticas socioculturais cada vez mais “populares”? Entendemos que a coluna serve para comunicar, em termos políticos, certas posições, por vezes destoantes daquelas “oficiais”, e sempre mais agressivas, a grupos que consomem jornais, mas não necessariamente fazem-no pelas *notícias*. Constatamos que, nesta direção, da sua primeira aparição sob a assinatura de Souza Brasil, a escrita era mais “objetiva”: tratava “do que ocorreu”, e não de interpretar tal ocorrido em termos pessoais. A coluna mudou com seu conteúdo circundante: passou a comentar pessoal e parcialmente, sobretudo quando tratava (e fá-lo muito) de escrever sobre o Bloco Socialista e o comunismo. A consistência de sua mensagem anticomunista pode ser uma pista à manutenção desta coluna, tão atípica.

Em direção ao público-alvo da política informal: do rural, ao urbano-industrial, da capa, aos “fundos”

Realizamos esta teorização envidando um grupo de leitores que pode consumir apenas de relance o espaço do *noticiário* propriamente dito. Segue rapidamente em direção ao *entretenimento*, às novas da cidade, aos crimes e ao desporto. Argumentamos que esse poderia ser o caso de significativa parte da população leitora, em país de “fraca tradição organizativa”⁶³,

A segunda conta com letras de música, cupons de peças teatrais, anúncios e resenhas de filmes, jogos de palavras-cruzadas e chamadas de eventos.

⁶² SILVA, R. S. **Diagramação:** O planejamento Visual Gráfico na comunicação impressa. São Paulo, Summus Editora, 1985.

⁶³ MOTTA, **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**, *op. cit.*, p. 27.

com estratos distantes de uma cultura política massificada. Ideamos um público-alvo constituído daqueles que são “despolitzados”, que sabem ler e utilizam tal habilidade, mas não se interessam pela política institucional, nem pela “ideologia”. Sabendo de relance sobre eventos como o *reatamento*, vão saber, talvez, que são *importantes*, mas só possuem em seu arcabouço aquilo que acabam apreendendo nas *páginas de fundo*, entre Cinema, Artes e Fé, uma opinião emotiva e altamente política de “um cidadão qualquer”, por acaso encarregado de escrever para o Jornal, incumbido de escrever os “fatos”, mesmo que sejam contra os “Interesses”⁶⁴. Sabe-se, no entanto, que nenhuma peça do jornal é impressa sem aprovação de sua direção.

A escrita de uma coluna agressiva, emotivamente ressonante⁶⁵, em um espaço frequentado por este público “desinteressado” tem potencial imenso. Procura engajar em termos pessoais, produzindo um discurso que operacionaliza as sensibilidades instintivas - do medo, ódio - e culturais - cristandade, “liberdade”, etc. Certamente ela não existe sozinha. Discurso algum existe em um vácuo, e a coluna é articulada por todo um contexto. No caso do anticomunismo de Souza Brasil, existia junto a notícias da seção religiosa (que não mais acompanhava o *Notas* na 2º página do Caderno B) que repassaram as opiniões altamente negativas de Bispos e Padres sobre o *reatamento*. Existia irmanado também a notícia de marchas e passeatas contra o *reatamento* que, *ipso facto*, apenas relataram a existência destas, mas na realidade tomavam um caminho muito específico e intencional, replicando discursos inteiros, operacionalizando a iconografia anticomunista e agigantando as consequências destas mostras

⁶⁴ “[...] o que escrevemos não o fazemos com intutos publicitários. Encaramos o fato como profissão de fé.”. BRASIL, S. “Notas e comentários”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Edição 281, 01 de dez. 1961, p. 2 do Caderno B.

⁶⁵ O Anticomunismo é um exemplo magistral da força e possibilidade de um discurso, até aquele que carece efetivamente de materialidade, de fomentar medos, ódios e levar vastos estratos à ação política direta. Fá-lo, pois, as suas bases discursivas são ressonantes com o *Conteúdo Social Anterior* de vários grupos. No Brasil, se articula sobretudo com as matrizes já citadas do Cristianismo, Liberalismo e Nacionalismo Cf. MOTTA, **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**, *op. cit.*

de indignação⁶⁶ cuja existência nem sequer é notada por outros jornais da grande imprensa carioca.

Dar voz à oposição nestes espaços divorciados da formalidade do noticiário primário é dar uma *tonalidade* emotiva diferente daquela que uma matéria ou editorial, sozinhos, poderiam fazer. É, além disso, ajudar a preencher o *quadro informacional* da esfera pública nacional, direcionado sobretudo àqueles indivíduos que leram brevemente, ou sequer leram, os fatos das primeiras páginas e suas manchetes. Um católico que procura saber, por exemplo, da saúde do Papa, sairá da leitura das *Notas Religiosas* sabendo que os bispos pensam muito mal do reatamento⁶⁷. Um indivíduo encasquetado com as *Palavras Cruzadas* do dia, que deixa seus olhos incertos repiscarem sobre as *Notas e Comentários* (diretamente ao lado do *jogo*), poderá sair da seção de artes e entretenimento pensando sobre como o reatamento entre o Brasil e a URSS poderá trazer o risco comunista, e como o Governo havia falhado profundamente (talvez intencionalmente?) em evitar tais catástrofes.

Ao longo de toda uma edição de qualquer jornal, existem “grandes histórias” sendo contadas. Existe uma ação ideológica explícita e implícita persistente. Ela, entrando em contato com o arcabouço individual - socioculturalmente condicionado - pode ser absorvida ou não, seja por convencimento direto ou pelo sutil condicionamento osmótico no cerne da Esfera Pública.

Não podemos tentar apreender o *outro* senão a partir das informações dispostas a nós. A política - sobretudo a institucional -, existe como uma relação que, com a complexificação social da modernidade, baseia-se cada vez menos em dados físicos (o que vi, o que fiz), e sim nas ferramentas de

⁶⁶ “Integralistas preparam protestos”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 26-27 de nov. 1961, Edição 277, p. 20, noticiando que militantes de Plínio Salgado irão protestar no dia da intentona, para “demonstrarem publicamente que aquele ato foi contra as aspirações de muitos brasileiros”. Não estão citando qualquer fonte, **esta frase é de feitio do próprio Jornal**.

⁶⁷ “Dom Jaime [Cardeal-Primaz do Brasil] não comparecerá à cerimônia em homenagem às vítimas dos comunistas”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 27 de nov. 1961. Edição 277, p. 20; “D. Scherer acha irrisório reatamento com URSS no dia de ação de graças”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de nov. 1961. Edição 276, p. 4.

pensamento e ação que nos são dadas, no “pseudoambiente”⁶⁸ formulado pela fusão da experiência individual e informação coletiva. Tomando do nosso caso específico, a ação ideologizante implícita não só é mais poderosa, mas também é de longe a mais prevalente. De certo modo, todo discurso é ideológico. É composto de escolhas, conscientes ou não, que configuram as possibilidades de pensamento e ação⁶⁹. Sua configuração mais sutil, da escolha de palavras, do próprio arcabouço dos redatores, enfim, do conjunto simbólico que um indivíduo, grupo ou sociedade possuem, é *ideológico* sem sê-lo, por aparentar naturalidade.

O pressuposto ideológico dominante do pós-segunda guerra foi da “Ideologia do Fim da Ideologia”⁷⁰, que coloca o *outro* como irracional, desumanamente frio. Este “bom senso” ideológico opera, então, em termos discursivos. Desloca da lógica política o debate público, na *mistificação* - ou a “naturalização do que é histórico”⁷¹ -, para a lógica do *bom-senso*. O comunismo não é um *erro político*, é um erro de *natureza*⁷². O público de baixa adesão esboçado neste artigo, que pode interagir menos e/ou com menor intensidade quanto à política institucional, possivelmente estaria mais vulnerável a este tipo de condicionamento, que apela às emoções e ao “bom senso”.

Intencionalmente ou não, os jornais, quando inserem conteúdos políticos em seções formalmente “não-políticas”, forjam uma relação mista com sua audiência. Podem reforçar ou simplesmente criar o imaginário e dados que informam debates específicos e também os mais amplos (o reatamento, e os aspectos da disputa político partidária, por exemplo) na sociedade civil, sobretudo em uma sociedade que carece de outros meios consolidados que aferir tais dados, como aparenta ser o caso do Brasil.

⁶⁸ LIPPmann, **Opinião Pública**, *op. cit.*, p. 31.

⁶⁹ BECKER, S. L. Marxist approaches to media studies: the british experience. In: **Critical Studies in Mass Communication**. v. 1, n. 1, p.66-80, 1984. <https://doi.org/10.1080/15295038409360014>

⁷⁰ EAGLETON, **Ideologia**, *op. cit.*, p. 18.

⁷¹ Ver: GRESPAN, J. **MARX**. São Paulo: Publifolha, 2008.

⁷² Em relação à naturalização de questões políticas, em nome do *bom senso*, sugerimos o livro mais recente de Clara Mattei, tratando da austeridade enquanto ideologia. MATTEI, C. **A ordem do capital**. São Paulo: Boitempo, 2023.

Vemos esta realidade como ainda mais possível - e seria - pelo período de análise: da massificação paralela das comunicações e da política, onde centenas de milhares começaram a consumir os jornais e, também, participar da democracia. “A vez dos trabalhadores”, neste tão vivaz período⁷³, é também a vez da mídia sair em prol de certos interesses, e “educar”⁷⁴ estes amplos quadros outrora alheios à política institucional. Nesse contexto de desagregação, os jornais teriam em tese um poder de condicionar pautas e (re)constituir públicos de forma muito mais robusta do que em esferas públicas melhor consolidadas. Em um período tão fluido e constituinte de relações mais amplas e duradouras, é necessária uma averiguação densa destes quadros informacionais a partir dos quais a nação deve *interpretar* e *agir*, indo além dos espaços formalmente político, tal como o foram os próprios jornais em sua ação política.

Considerações finais

O jornal era, no período liberal-democrático, a fonte primaz de significação⁷⁵, sobretudo dos eventos além da cognição direta (dos sentidos e da experiência). A audiência consome seu conteúdo, em tese, de modo ordenado⁷⁶. Vai das manchetes, ao lide e desenvolvimento. Vê, ao longo das páginas e das subsequentes edições, uma história que se desenvolve e fomenta um quadro informacional específico a partir do qual o leitor poderá interpretar os eventos. Descrevemos neste artigo um espaço

⁷³ MACHADO DOMINGOS, As relações internacionais do Brasil no governo João Goulart, *op. cit.*, pp. 138-9; WEFFORT, F. C. **O Populismo na política brasileira**. 4a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980, pp. 15-8.

⁷⁴ CHOMSKY, HERMAN, **Manufacturing Consent**, *op. cit.*, p. 1; DINES, ALBERTO *apud* Barbosa, **História Cultural da Imprensa**, *op. cit.*, p. 158; BAHIA, **Jornal, história e técnica**, *op. cit.*, p. 86.

⁷⁵ THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006; CAPELATO, A **imprensa na história do Brasil**, *op. cit.*; AMARAL, R. Imprensa e controle de opinião. In: MOTTA, L. G. (org.) **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 223.

⁷⁶ A diagramação e edição tem de, em toda sua intencionalidade, ordenar ao interesse e vendabilidade a leitura do periódico Cf. CAPELATO, A **imprensa na história do Brasil**, *op. cit.*, p. 15, 17.

informal que existe alheio ou adido ao *nexo* informacional político, às *notícias e editoriais*, formalmente de tal cunho. Pode existir, e o jornal pode agir com conhecimento de tal existência, um público que não interage “linearmente” com o conteúdo. Estes conteúdos políticos em seções “apolíticas” existem então para reforçar um quadro ou, no caso dos “apolíticos”, criar um *quadro informacional mínimo* acerca de eventos, ideais ou discussões específicas, consideradas importantes pela equipe do jornal, por uma razão ou outra. No caso do reatamento Brasil-URSS, existiu para criar ou reforçar a tese anticomunista no arcabouço interpretativo de sua audiência, seja por fins financeiros, de agradar aos interesses de endinheirados, nacionais ou estrangeiros, que clamavam pela persistência deste tipo de mensagem nas páginas nacionais ou político-ideológicos, articulados pela simpatia ao menos tácita ao anticomunismo mesclado com a oposição ao Trabalhismo (resolutamente não-comunista, pois foi criado como *contraponto* à força Pecebista Brasil afora).

A análise deste fenômeno nasceu de uma pesquisa mais ampla, situada na Análise de Conteúdo⁷⁷ da posição da Grande Imprensa Carioca acerca do Reatamento Brasil-URSS. Este fenômeno observado estava originalmente fora do recorte espacial da pesquisa. Sua clara significância e posição no quadro mais amplo sugere a necessidade de análises mais densa dos jornais, sobretudo tendo nas pesquisas que se utilizam da Hemeroteca Digital (ou similares espaços) e suas ferramentas⁷⁸. É igualmente facilitada a aferição frutífera e a perda, em pontos cegos, de conteúdo que poder-se-ia vital para a análise proposta. Enfatizamos, por fim, que o quadro informacional que os jornais criam existe no *todo* de seu conteúdo noticioso, e também nas relações que são produzidas entre este e os outros periódicos que significam a vida além do imediato, sobretudo em sua leitura política. Devemos então, dentro do possível, visar analisar este *todo*.

⁷⁷ BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

⁷⁸ Ver: BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, pp. 196-219, jan./abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S2178-1494202000100011>.

Referências

Fontes

“Reatamento”. Correio da Manhã, Rio de Janeiro. 24 de nov. 1961, Edição 21.063, p. 6,

“San Tiago reata dizendo que não há paz com isolamento”. Jornal do Brasil, 24 de nov. 1961. Edição 275, p. 3;

“Gabinete excluiu do reatamento com URSS qualquer conteúdo ideológico”. _____, 24 de nov. 1961. Edição 275, p. 3,

“San Tiago reata dizendo que não há paz com isolamento”. _____, 24 de nov. 1961. Edição 275, p. 3;

“D. Scherer acha irrisório reatamento com URSS no dia de ação de graças”. _____, 25 de nov. 1961. Edição 276, p. 4;

“Integralistas preparam protestos”. _____, 27 de nov. 1961, Edição 277, p. 20;

“Dom Jaime [Cardeal-Primaz do Brasil] não comparecerá à cerimônia em homenagem às vítimas dos comunistas”. _____, 27 de nov. 1961. Edição 277, p. 20.

BRASIL, SOUZA. “Notas e Comentários”. _____, 29 de nov. 1961, Edição 279, p. 2, Caderno B.

BRASIL, SOUZA. “Notas e Comentários”. _____, 30 de nov. 1961, Edição 280, p. 2, Caderno B.

BRASIL, SOUZA. “Notas e Comentários”. _____, 01 de dez. 1961, Edição 281, p. 4, Caderno B.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves (Org) - *A imprensa em transição*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996

AMARAL, Roberto. *Imprensa e controle de opinião*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org) *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 366p

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978)*: o exercício da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Editora Martins. Santos, 1967. pp.216

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa - Brasil (1900 - 2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. 262p.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, Samuel L. Marxist approaches to media studies: the british experience. In: *Critical Studies in Mass Communication*. v. 1, n. 1, p.66-80, 1984. <https://doi.org/10.1080/15295038409360014>

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. p. 1-12. In: THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, pp. 196-219, jan./abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994. 78p.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Jornal do Brasil. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil> Acesso em: 03/10/2024.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a Opinião*: o novo jogo político. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

CHOMSKY, Noam. HERMAN, Edward. *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1988. pp.412

CHONG, Dennis. DRUCKMAN, James N. *Framing Theory*. In: Annual Review of Political Science. Vol. 10, pp. 102-26, 2007. doi: 10.1146/annurev.polisci.10.072805.103054

COHEN, Gerald Allan. *Karl Marx's theory of history*: a defence. Expanded Edition, Princeton, Princeton University Press, 2001. 442p

EAGLETON, Terry. *Ideologia*: uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Editora Boitempo, 1997. 204p.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. In: *Journal of Communication*, 43: pp.51-8, 1993. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>

FAUSTO, Boris (org) *O Brasil Republicano* Tomo III Vol. 4: Economia e Cultura (1930-1964), 3a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1995.

FISKE, Susan T.; TAYLOR, Shelley E. *Social cognition*, 2.ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1991

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed 11º reimpressão. São Paulo, Atlas. 2008 pp.175

GRESPAN, Jorge. *MARX*. São Paulo: Publifolha, 2008.

HALL, Stuart. A world at one with itself. In: COHEN, Stanley. Young, Jock. *The Manufacture of News: social problems*, deviance and the Mass Media. Londres: Sage Publications, 1981, pp. 147-156.

HAYNES, J. E. Anticommunism, pp.197-9. In: KUTLER, S. *Dictionary of American History*, vol. 1. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 2003.

HEIDER, F. *The psychology of interpersonal relations*. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1958.

IANNI, Octavio. *O colapso do Populismo no Brasil*. 4a ed., revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 226p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico: 1960*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes> Acesso em: 31/07/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil - 1963 (Ano XXIV)*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1963.pdf Acesso em: 31/07/2024.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*, Petrópolis, Vozes, 1979.

LIPPmann, Walter. *Opinião Pública*. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO DOMINGOS, C. S. *O Brasil e a URSS na guerra fria: a política externa independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Suliana Letra e Vida. 2010, pp. 223.

MACHADO DOMINGOS, C. S. As relações internacionais do Brasil no governo João Goulart (1961-1964): leituras sobre a Política Externa Independente. *Revista Aedos*, v. 3, n. 8, 2011, pp. 138-158. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12760>.

MANZUR, T. M. P. G.. *A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 93, p. 169–199, set. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina De. *História Da Imprensa No Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. 303p.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. *A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. 2010, pp.360. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MATTEI, Clara. *A ordem do capital*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7a ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, EdUnB, 2001. 230p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. *Anos 90*, v. 9, n. 15, 2001, pp. 71-91.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o ‘Perigo Vermelho’: o anticomunismo no brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002. 297p.

MOTTA, R. P. S. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. *Locus: Revista de História*, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20414>.

NASEER, Sarah; CHRISTOPHER, St.Aubin. *Newspapers Fact Sheet*. Pew Research Center, 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/journalism/fact-sheet/newspapers/> Acesso em: 31/07/2024.

POWERS, R. G. Anticommunism, pp. 40-1. In: BOYER, P. S. *The Oxford Companion to United States History*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao Golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a Política Externa Independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa. In: *Estudo Históricos*, v.1, n°31. 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2186>

RIBEIRO, Lavina Madeira. O processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). In: *Comunicação e Sociedade*, 41. 2004.

RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

SANTOS, José Weliton Aragão dos. *Formação da grande imprensa na Bahia*. Dissertação de Mestrado em ciências sociais, Universidade Federal da Bahia, 1985.

SILVA, Juremir Machado da. *Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulinas, 2014.

SILVA, Rafael Souza. *Diagramação: O planejamento Visual Gráfico na comunicação impressa*. São Paulo, Summus Editora, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo - INTERCOM. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 705p.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 427p.

USA. *1961 U.S. Census Report*. US Bureau of the Census. Washington: Distrito da Columbia. Disponível em: <https://www2.census.gov/prod2/statcomp/documents/1961-02.pdf> Acesso em: 31/07/2024.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na política brasileira*. 4a edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Enviado em: 07/08/2024

Aceito em: 11/03/2025